

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 839.152 - SP (2016/0000696-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : MÁRCIA AKIKO GUSHIKEN E OUTRO(S) - SP119031**  
**AGRAVANTE : DANIELA RODRIGUES BATATA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : MARTA MARIA GOMES DOS SANTOS - SP207423**  
**AGRAVANTE : GRAZIELA RODRIGUES BATATA DOS SANTOS**  
**AGRAVANTE : FRANCISCO ALBINO TEIXEIRA DOS SANTOS - ESPÓLIO**  
**AGRAVANTE : HILDA RODRIGUES BATATA DOS SANTOS - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADO : ROOSEVELT ROQUE DOS SANTOS - SP030469**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto pela DANIELA RODRIGUES BATATA DOS SANTOS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO - Reivindicatória - Direito postulado pelo Estado de São Paulo que tem por base decisão judicial transitada em julgado em decorrência de ação discriminatória que reconheceu o caráter público das terras - Área devoluta pertencente à Fazenda Pública que é insuscetível de usucapião por força do estatuído no § 3º do art. 183 da Constituição Federal e da Súmula 340 do STF - Boa-fé dos ocupantes, no entanto, que lhes garante o recebimento de indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas e o direito de retenção da área até que recebam o que é devido - Perícia oficial que avaliou adequada e suficientemente as verbas a serem indenizadas - Agravos retidos desprovidos, reexame necessário desacolhido e recursos voluntários desprovidos" (fl. 2.781e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"Embargos de declaração - Omissão, obscuridade ou contradição inexistentes - Embargos rejeitados" (fl. 2.847e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, sustenta a agravante, além de dissídio jurisprudencial, violação do acórdão recorrido aos seguintes artigos e respectivas teses:

(a) 333, I, do CPC/73 - o Estado não comprovou a natureza devoluta das terras litigiosas, pois "cabia à autora da ação reivindicatória provar o fato constitutivo de seu direito. Apesar das recorrentes terem cobrado prova de que suas terras são devolutas e pertencentes ao 4º Perímetro, não teve a recorrida condições de apresentar título que individuasse as terras reivindicadas como suas envolvendo as das recorrentes" (fl. 2.883e);

(b) 1.245, § 2º, e 1.247 do Código Civil de 2002 - está provado o direito de propriedade das recorrentes, pois "a Fazenda Recorrida reconhece que os títulos não foram cancelados, a tanto que requer seu cancelamento no bojo da ação reivindicatória, o que foi deferido. 26. Pergunta-se: é a ação reivindicatória a ação própria para cancelamento dos títulos imobiliários das Recorrentes? É claro que não. 27. E não venha a Fazenda Recorrida afirmar que é irritó o título em razão das sentenças discriminatórias e demarcatórias, pois se assim fosse, não haveria cancelamento a ser deferido. (...) 37. Ora, ao cobrar Imposto de Transmissão Inter Vivos, a Fazenda Recorrida reconheceu o direito de propriedade das Recorrentes. Outra interpretação incorreria a Fazenda em enriquecimento ilícito. 38. Em resumo, mesmo após a sentença discriminatória, o Estado por ato próprio e sem interferência externa, considerou as recorrentes como proprietárias do imóvel. 39. Assim, a ausência de cancelamento prévio do título das recorrentes, exige que o presente recurso seja provido para reconhecer a improcedência da reivindicação" (fls. 2.885/2.886e);

(c) 1.200 do Código Civil de 2002 - a posse foi justa, pois "(...) na forma do artigo 1.200 do Código Civil é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária. Verifica-se, pois, que os vícios inerentes à posse são a violência (uso da força física), clandestinidade (ocultação do ato espoliativo da posse) e precariedade (abuso de confiança). 46. A posse das Recorrentes não se encontra eivada por qualquer desses vícios. Ao contrário, é exercida com fundamento em título de domínio jamais cancelado, que sempre foi recebido pela própria Fazenda Recorrida como escoreito, válido e eficaz, utilizado para constituir garantias hipotecárias em favor de autarquia do próprio Estado (Banespa) além de ensejar a cobrança, pelo próprio Estado, de ITBI, imposto de sua competência. 47 A inexistência de posse injusta macula de morte a ação reivindicatória" (fl. 2.888e);

(d) 205 do Código Civil de 2002 - ocorreu a prescrição extintiva, pois o "título de domínio apresentado pelo Estado trata-se da Transcrição da sentença da demarcação lavrada sob nº 7.892, aos 20 de novembro de 1958, no SRI de Presidente Venceslau; 14 anos passados da sentença da ação declaratória de 1944. Ingressando com a ação de reivindicação somente em 2003, decorreram mais de 45 anos. Portanto, quando do ajuizamento da execução de sentença, por meio da ação reivindicatória, com o devido respeito o Estado perdeu seu direito à ação, pois já estava ela prescrita. Ocorreu a prescrição extintiva a teor do art. 177 do CC de 1916, ou do art. 205 do CC em vigor" (fl. 2.892e);

(e) 551 do Código Civil de 1916 - ocorreu a usucapião extraordinária, pois "se a partir de 06/11/1945 as terras reivindicadas passaram ao domínio particular, data em que as Recorrentes já exerciam a posse do imóvel reivindicado com justo título e de boa fé, como bem reconheceu a Recorrida no documento de fls. 76 - 'a posse é exercida há mais de 30 anos' - em 06/11/1955, as Recorrentes adquiriram por usucapião ordinária o imóvel reivindicado e em 06/11/1965, por adquiriram-no por usucapião extraordinária" (fl. 2.894e); e

(f) 20 do CPC/73 - a Fazenda deve ser "condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais no valor correspondente a 20% do valor da indenização tendo em vista o grau de zelo dos profissionais, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelos advogados que esta subscrevem e o tempo exigido para seu serviço" (fl. 2.899e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O recurso, todavia, não merece prosperar.

Cuida-se, na origem, de ação reivindicatória em que a Fazenda do Estado de São Paulo postulou a retomada de propriedade e posse de imóvel e consequente cancelamento da matrícula. A sentença foi favorável e condicionou a imissão na posse do imóvel ao pagamento de indenização em favor das rés e, após apelo de ambas as partes, o Tribunal de origem manteve a sentença incólume, nos termos dos seguintes excertos do voto condutor do acórdão:

"(...) No mais, reconhece-se o cabimento e a pertinência do pedido reivindicatório instaurador deste processo por decorrer o direito da Fazenda Pública Estadual da 'coisa julgada' provada a fls. 13/16, resultante da ação discriminatória de terras que tramitou na Comarca de Presidente Venceslau, e do título de domínio reproduzido a fls. 17/19. Destarte, é inegável que pertence ao Estado de São Paulo a plena propriedade da área consubstanciada na matrícula nº 7.892 do Registro Imobiliário da Comarca de Presidente Venceslau.

Resultou na primeira instância acertadamente verificado que era defeso às apelantes Graziela Rodrigues Batata dos Santos, Hilda Rodrigues Batata dos Santos e Daniela Rodrigues Batata dos Santos resistir à pretensão reivindicatória da Fazenda Pública Estadual, primeiramente porque isso ensejaria afronta à segurança jurídica que deve ser respeitada por conta da aludida 'coisa julgada' - quando se reconheceu o caráter público das terras em epígrafe - e, ademais, porque, como já ressaltado, as terras públicas são insuscetíveis de aquisição por usucapião, consoante o estatuído no § 3º do art. 183 da Constituição Federal e na Súmula 340 do egrégio Supremo Tribunal Federal.

Destarte, a 'coisa julgada' decorrente da referida causa discriminatória de terras fez cessar toda e qualquer possibilidade de reconhecimento do domínio particular, inclusive porque, por força daquele pronunciamento judicial, o título consubstanciado na matrícula nº 50 do Registro Imobiliário da Comarca de Presidente Venceslau, restou irrito.

É ainda oportuno consignar que, por não terem as apelantes Graziela Rodrigues Batata dos Santos, Hilda Rodrigues Batata dos Santos e Daniela Rodrigues Batata dos Santos obtido administrativamente a legitimação da posse que sustentam, por decisão discricionária e soberana da Fazenda Pública do Estado que considerou não terem sido preenchidos os requisitos legais necessários, há mesmo que se concluir pela insubsistência da preliminar arguida quanto à falta de interesse de agir.

Ainda nesse importe, consigna-se que a Lei Estadual nº 11.600/2003 não se aplica à hipótese em tela, já que não se trata nestes autos de lote destinado à implantação de projetos de assentamentos fundiários, tendo, também, igualmente a desautorizar aqui a tal norma, área superior a 500 hectares.

Todavia, a par do cabimento e da pertinência da pretensão reivindicatória deduzida pela Fazenda Pública Estadual, vislumbra-se que a ocupação havida pelas apelantes Graziela Rodrigues Batata dos Santos, Hilda Rodrigues Batata dos Santos e Daniela Rodrigues Batata dos Santos foi de boa-fé, mormente porque ocorreu em cadeia desde 1891, restando ainda evidente que arcaram com os tributos incidentes sobre a área no período, e porque o Poder Público apenas agiu contra eles a partir da ação discriminatória de terras acima comentada, em 1944, voltando a fazê-lo em 2003, com a instauração deste processo, sendo que, assim, mantiveram os particulares ora litigantes, por muito tempo, a crença de que possuíam como suas as terras ocupadas, inclusive diante dos dados consubstanciados no documento de fls. 20/22.

Não obstante a isso, a boa-fé alegada na contestação encartada a fls. 226/228 restou reconhecida na decisão saneadora proferida a fls. 270/276, e a Fazenda Pública Estadual não insurgiu-se oportunamente, através de agravo retido ou por instrumento, o que também impõe, agora, a conclusão de que a questão está preclusa, com a conseqüente improcedência dos respectivos argumentos na apelação acostada a fls. 2112/2125.

Por conseguinte, além de não estar caracterizada a má-fé das demandadas, não há razão para se desprezar a prova pericial

produzida, que apurou devida e regularmente as indenizações cabíveis às apelantes Graziela Rodrigues Batata dos Santos, Hilda Rodrigues Batata dos Santos e Daniela Rodrigues Batata dos Santos por conta das benfeitorias que realizaram durante a ocupação exercida, mostrando-se, assim, também insubsistentes as críticas formuladas pelos assistentes técnicos das partes.

A propósito, incorporam-se aqui os insígnies fundamentos constantes da r. sentença hostilizada:

'De início, registro que a perícia promovida no âmbito deste processo seguiu as regras técnicas pertinentes ao procedimento avaliatório, consideradas as peculiaridades do imóvel. Foram considerados, pelo perito, os seguintes aspectos da possível indenização: (a) avaliação das benfeitorias, culturas, equipamentos e instalações da propriedade; (b) determinação do valor de desmatamento da propriedade; (c) cálculo do valor em marcha para a propriedade em litígio; (d) análise do valor da posse do imóvel.

Na caracterização e identificação do imóvel, o perito concluiu que a situação da área é 'muito boa', tudo em razão da localização, dos recursos hídricos, das facilidades de acesso, dos melhoramentos públicos existentes, da topografia e da superfície aplainada.

Constatou-se, ademais, que a área é explorada com a pecuária de corte, a par de existirem algumas faixas de terras arrendadas para promoção de culturas anuais (feijão e milho).

O experto judicial também descreveu, individualizou e aferiu a idade aparente das benfeitorias, analisou o estado de conservação de cada uma delas, bem assim o atual grau de funcionalidade delas. A impressão geral sobre o imóvel foi assim descrita pelo perito: 'O imóvel em questão apresenta um elevado nível técnico de exploração. O proprietário implementa o pastejo rotacionado, contando o imóvel com 19 invernadas, todas-elas com pastagens artificiais bem implantadas e em bom estado fitossanitário. O mesmo conta com sistema de distribuição de água dimensionado segundo as necessidades de exploração, com extração de água através de poço semi-artesiano e distribuição por rede subterrânea para um conjunto de bebedouros existentes nas invernadas. É provida de complementação nutricional através de sal mineral e ração, de acordo com o constatado na vistoria através da existência de

depósitos e cochos. O proprietário promove a reforma das pastagens através do arrendamento de invernadas isoladas para o plantio de culturas anuais. O gado da propriedade se encontra em bom estado aparente' (fls. 580).

Depois de explicitar os critérios para avaliação das benfeitorias (construções, edificações, instalações, culturas, obras e trabalhos de melhoria do solo), o perito estimou, para maio de 2006, o valor das benfeitorias em R\$ 812.309,48 (fls. 963).

As críticas endereçadas à conclusão do perito judicial não medram, exceto nos pontos em que o próprio perito reconheceu alguns erros de cálculo.

Com efeito, o perito esclareceu, para sustentar suas conclusões iniciais, sobre a configuração das pastagens e sobre os melhoramentos que foram implementados no solo, de sorte que, não fossem consideradas essas circunstâncias, estar-se-ia subtraindo significativo valor inerente à benfeitoria avaliada, favorecendo, dessa forma, algum enriquecimento sem causa em favor da Fazenda do Estado.

No que pertine especificamente à área de reserva legal, entendo que não se pode avaliar o imóvel considerando-se o que nele não existe ou o que nele deveria existir. Se no imóvel não existe reserva legal definitivamente caracterizada (tal como apurou o perito), não há cogitar-se de exclusão de algum valor relativo às pastagens, sob o fundamento de que ali (ou noutro lugar) deveria estar a área de reserva legal.

É indiscutível, nesse mesmo ponto, que todas as benfeitorias utilizadas para formação das pastagens, tal como encontradas, devem ser indenizadas, sem exclusão de quaisquer delas.

(...)

Evidencia-se que o Juízo considerou corretamente que a situação da área é privilegiada, diante da sua localização, dos recursos hídricos, das facilidades de acesso, dos melhoramentos públicos existentes, da topografia e da superfície aplainada, bem como que trata-se de área explorada para pecuária de corte e com arrendamentos para o plantio de feijão e milho. O perito oficial nomeado individualizou e corretamente classificou as benfeitorias analisando, também, o estado de conservação e a funcionalidade delas, avaliando-as em R\$ 2.806.938,06 (R\$ 812.309,48 pelas benfeitorias; R\$ 958.656,62 pela valorização decorrente do reaproveitamento da área de desmatamento; R\$ 246.058,78 a título de 'valor de marcha' e R\$ 789.913,18 quanto ao valor da posse, tudo atualizado em maio/2006).

Atentou o ilustre magistrado sentenciante, Dr. Silas Silva Santos, ainda, para a necessidade de evitar o enriquecimento indevido de quaisquer das partes, apurando adequadamente as considerações periciais a respeito das pastagens, do grau de depreciação aplicável à espécie, dos melhoramentos incorporados ao solo, das implicações da área de reserva legal, considerando corretamente que não se pode avaliar um bem com base no que nele não existe ou em que deveria existir, das obras de desmatamento que foram suportadas pelas demandadas e, inegavelmente agregaram valor às terras, das especificidades no caso do 'valor de marcha', atinente à expressão financeira do que pode ser tratado como 'coisa feita', que não levou em consideração 'coisa ainda por fazer' e corretamente excluiu da apuração o preço da terra nua e os custos do desmatamento, sob o entendimento de que os ocupantes utilizaram madeira extraída de terra que não lhes pertencia, e a indenização pertinente à posse, aqui considerado o termo no aspecto amplo, já que, como acima destacado, houve, na verdade, a despeito da boa-fé, mera detenção.

E, ante a ocupação exercida pelas apelantes Graziela Rodrigues Batata dos Santos, Hilda Rodrigues Batata dos Santos e Daniela Rodrigues Batata dos Santos com boa-fé, fica também intocável o direito de retenção por benfeitorias que lhes foi deferido na primeira instância, consoante o disposto no art. 1219 do Código Civil, por serem todas, à evidência, úteis e necessárias" (fls. 2.785/2.791e).

Feita essa breve digressão, passa-se à análise do recurso especial de fls. 2.876/2.900e, ressaltando-se que as recorrentes Graziela Rodrigues Batata dos Santos e Hilda Rodrigues Batata dos Santos tiveram seu recurso de agravo em recurso especial (fls. 2.975/2.978e) obstado em razão do óbice da Súmula 182/STJ, razão pela qual o presente recurso será analisado tão somente quanto à recorrente DANIELA RODRIGUES BATATA DOS SANTOS.

Preliminarmente, aplica-se o teor da Súmula 283 do STF, quanto à alegação de violação aos arts. 333, I, do CPC/73, e 1.245, § 2º, e 1.247 do Código Civil, tendo em vista que a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

"(...) No mais, reconhece-se o cabimento e a pertinência do pedido reivindicatório instaurador deste processo por decorrer o direito da Fazenda Pública Estadual da 'coisa julgada' provada a fls. 13/16, resultante da ação discriminatória de terras que tramitou na Comarca de presidente Venceslau, e do título de domínio reproduzido a fls. 17/19. Destarte, é inegável que pertence ao Estado de São Paulo a

plena propriedade da área consubstanciada na matrícula nº 7.892 do Registro Imobiliário da Comarca de Presidente Venceslau.

Resultou na primeira instância acertadamente verificado que era defeso às apelantes (...) resistir à pretensão reivindicatória da Fazenda Pública Estadual, primeiramente porque isso ensejaria afronta à segurança jurídica que deve ser respeitada por conta da aludida 'coisa julgada' - quando se reconheceu o caráter público das terras em epígrafe - e, ademais, porque, como já ressaltado, as terras públicas são insuscetíveis de aquisição pro usucapião, consoante o estatuído no § 3º do art. 183 da constituição Federal e na Súmula 340 do egrégio Supremo tribunal Federal.

Destarte, a coisa julgada decorrente da referida causa discriminatória de terras fez cessar toda e qualquer possibilidade de reconhecimento do domínio particular, inclusive porque, por força daquele pronunciamento judicial, o título consubstanciado na matrícula nº 50 do Registro Imobiliário da Comarca de Presidente Venceslau, restou irrito (fl. 2.785e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela agravante, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

**4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.**

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).



Ademais, a análise da tese de ausência de provas quanto à natureza devoluta das terras litigiosas, ausência de nulidade do título e pertinência da ação reivindicatória, demandaria, irremediavelmente, o revolvimento do acervo fático probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial consoante teor da Súmula 7/STJ.

No que concerne à análise das teses de prescrição e de reconhecimento de usucapião ordinário ou extraordinário, por violação aos arts. 205 do Código Civil de 2002 e 551 do Código Civil de 1916, a Corte de origem decidiu em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não há prescrição para os bens públicos e não estão sujeitos à usucapião, consoante excerto seguinte do voto condutor do acórdão:

"(...) De início, repele-se a alegada prescrição da pretensão reivindicatória da Fazenda Pública porque, defendendo nestes autos terras devolutas que lhe pertencem, não se sujeita a prazo para agir, tal como sedimentado na jurisprudência pátria, a seguir demonstrada exemplificadamente: (...)

Conforme o magistério de Hely Lopes Meirelles: 'Os bens públicos são, em regra, imprescritíveis, impenhoráveis e não sujeitos à oneração. A imprescritibilidade dos bens públicos decorre como consequência lógica de sua inalienabilidade originária. E é fácil demonstrar a assertiva: se os bens públicos são originalmente inalienáveis, segue-se que ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essa condição. Daí não ser possível a invocação de usucapião sobre eles. É princípio jurídico, de aceitação universal, que não há direito contra direito, ou, por outras palavras, não se adquire direito em desconformidade com o Direito', ('in' "Direito Administrativo Brasileiro", 30ª edição, Editora Malheiros, pag. 524).

(...) Resultou na primeira instância acertadamente verificado que era defeso às apelantes (...) resistir à pretensão reivindicatória da Fazenda Pública Estadual, primeiramente porque isso ensejaria afronta à segurança jurídica que deve ser respeitada por conta da aludida 'coisa julgada' - quando se reconheceu o caráter público das terras em epígrafe - e, ademais, porque, como já ressaltado, as terras públicas são insuscetíveis de aquisição pro usucapião, consoante o estatuído no § 3º do art. 183 da constituição Federal e na Súmula 340 do egrégio Supremo tribunal Federal" (fls. 2.784/2.785e).

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE COM DISPENSA DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DOAÇÃO COM ENCARGO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. INTERESSE PÚBLICO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

1. Verifica-se que a Corte de origem não analisou, ainda que implicitamente, o pedido alternativo, qual seja: "Caso assim não entenda esta Corte, requer seja provido em parte o recurso especial quanto ao tema, reconhecendo a ocorrência de prescrição quanto ao pedido de nulidade da doação levada a efeito, acolhendo o pedido de indenização, fixando-a no valor venal do imóvel para fins de apuração do IPTU cobrado atualmente pelo Município" (fl. 1221, e-STJ). Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que não há cerceamento de defesa quando o julgador considera desnecessária a produção de prova, mediante a existência nos autos de elementos suficientes para a formação de seu convencimento.

3. Ademais, aferir eventual necessidade de produção de prova demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, dado o óbice do enunciado 7 da Súmula do STJ.

4. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos.

5. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, por ser matéria de ordem pública, a análise de ocorrência ou não de prescrição, não ocorre preclusão pro judicato. Precedentes. REsp. 1.450.361/RN, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA

TURMA, julgado em 3/6/2014, DJe 24/6/2014; EDcl no AgRg no REsp. 1.358.343/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 13/5/2013.

6. Verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se no mesmo sentido do entendimento desta Corte, qual seja, não há falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível, "mesmo se cumulada com a ação de improbidade administrativa (art. 37, § 5º, da CF)" (AREsp 79.268/MS, Rel.

Ministra ELIANA CALMON).

**7. Demais disso, a orientação desta Corte é no sentido de que 'não há prescrição para os bens públicos. Nos termos do art. 183, §3º, da Constituição, ações dessa natureza têm caráter imprescritível e não estão sujeitas a usucapião (Súmula 340/STF, art. 200 do DL 9.760/1946 e art. 2º do CC). Construção feita também com base na imprescritibilidade de atos nulos, de ações destinadas ao ressarcimento do Erário e de ações de declaração de inexistência de relação jurídica - querela nullitatis insanabilis. Precedentes do STJ' (REsp 1.227.965/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2011, DJe 15/06/2011.).**

8. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, ao negar provimento à apelação, entendeu pela inexistência de relevante interesse público capaz de afastar a licitação para a doação com encargo.

9. Portanto, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, no sentido de existência de interesse público capaz de afastar a necessidade de licitação, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em vista do óbice da Súmula 7/STJ.

10. Não pode ser conhecido o recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional quando o recorrente não realiza o necessário cotejo analítico, bem como não apresenta, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementa, não foram demonstradas as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.517.891/ES, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/08/2015).

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FAIXA DE FRONTEIRA. BEM

PERTENCENTE À UNIÃO. NULIDADE DO REGISTRO IMOBILIÁRIO EM NOME DE PARTICULARES. CONFLITO FEDERATIVO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ACÓRDÃO AMPARADO EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. MATÉRIA QUE EXTRAPOLA A ESTREITA VIA DO RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SÚMULA. 329/STJ. IMPRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO. PRECEDENTES.

1. Ao afastar a existência de conflito federativo apto a ensejar a competência originária do STF para julgar a presente demanda, o Tribunal a quo amparou-se em fundamento eminentemente constitucional, escapando sua revisão à competência desta Corte no âmbito do recurso especial.

2. 'Nos termos do Enunciado 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, 'O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público', cuja acepção compreende as áreas situadas em faixa de fronteira, pertencentes à União e, de modo indireto, a toda a sociedade, o que revela o interesse difuso da coletividade' (AgRg no REsp 1.174.124/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 17/8/2012).

3. **'Não há prescrição para os bens públicos. Nos termos do art. 183, § 3º, da Constituição, ações dessa natureza têm caráter imprescritível e não estão sujeitas a usucapião (Súmula 340/STF, art. 200 do DL 9.760/1946 e art. 2º do CC). Construção feita também com base na imprescritibilidade de atos nulos, de ações destinadas ao ressarcimento do Erário e de ações de declaração de inexistência de relação jurídica - querela nullitatis insanabilis' (REsp 1.227.965/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/6/2011).**

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.268.965/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/04/2015).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 83/STJ, **in verbis**: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Por fim, no que tange à majoração dos honorários advocatícios, no caso dos autos, tendo o Tribunal de origem reconhecido a ocorrência de sucumbência recíproca, a revisão de tal entendimento, a fim de reconhecer a ocorrência de sucumbência integral da

recorrida, **depende de reexame do acervo fático-probatório dos autos, aferindo-se quanto ambas as partes restaram vencidos e vencedoras na causa, o que é vedado na via estreita do Recurso Especial, por força da Súmula 7/STJ.**

Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 323.499/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/08/2013; REsp 1.348.443/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/08/2013; AgRg no AgRg no AREsp 183.416/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 22/08/2013; AgRg nos EDcl no Ag 1.329.975/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/03/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1.129.443/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe de 18/02/2013.

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço do Agravo para conhecer em parte do Recurso Especial, e nessa extensão negar-lhe provimento.**

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora